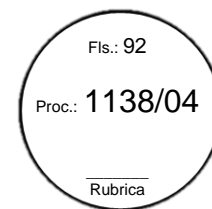


**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

DIVISÃO DE ATOS DE CONCESSÃO



PROCESSO Nº 1138/04

APENSO Nº 053.000442/02-GDF

ÓRGÃO DE ORIGEM: Corpo de Bombeiros Militar do DF

ASSUNTO: Pensão Militar

MONTANTE EM EXAME: R\$ 156.387,44<sup>1</sup>

EMENTA: Concessão de pensão a Flozina Pereira de Souza (ex-esposa pensionada) e a Vanderson de Souza Leite e Fábio de Souza Leite (filhos menores), instituída pelo Terceiro-Sargento BM Vanderci Pereira Leite, matrícula nº 01.844-9, com base nos arts. 37, I; 39, § 1º, e 53 da MP nº 2.218/01; e art. 7º, inciso I, alínea “c”, da Lei nº 3.765/60; c/c os arts. 40, §§ 7º e 8º, 42, § 2º, e 62, § 3º, da Constituição Federal, com a redação dada pelo art. 1º da Emenda constitucional nº 20/98, a contar de 08/12/01, de acordo com o ato publicado no DODF de 04/04/02, retificado no DODF de 16/12/14.

Parecer do controle interno – Legalidade (fls. 47/49 e 83/85 – apenso).

**Cumprimento de diligência – Decisão nº 5588/14.****Legalidade com ressalva.**

Senhor Diretor:

Trata-se no presente processo da concessão de pensão militar Instituída por Vanderci Pereira Leite nos termos mencionados na ementa.

2. Integram os autos os seguintes documentos essenciais:

- Certidão de óbito: fl. 04 – apenso;
- Ato concessório e retificação: fls. 24 e 79 – apenso;
- Demonstrativo de tempo de serviço: fl. 13 – apenso;
- Títulos de pensão: fls. 25/27, 42/43 e 45 – apenso.

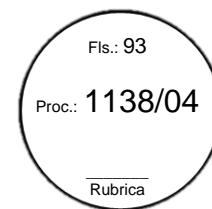
3. Mediante a Decisão nº 5588/14, reiterada pela de nº 666/15 (fls. 84 e 90), foi determinada a realização de diligência nos seguintes termos:

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: **I** – levantar o sobrestamento do exame de mérito da concessão em análise, determinado pelo inciso II da Decisão nº 6.570/11; **II** – tomar conhecimento do trânsito em julgado da Ação Judicial nº 2010.01.1.053681-3, na qual foi reconhecido o direito da ex-esposa FLOZINA PEREIRA DE SOUZA à manutenção da percepção da pensão alimentícia judicialmente fixada; **III** – determinar ao Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal que, no prazo de 30 (trinta) dias: **a)** torne sem efeito o inciso II da Portaria de 19 de março de 2004, publicada no DODF de 23.3.2004 (fl. 41 do processo apenso), reprimando o item 7 do ato publicado no DODF de 4.4.2002 (fl. 24 do

<sup>1</sup> Calculado em 22/08/07, de acordo com a Portaria nº 236/02.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL  
DIVISÃO DE ATOS DE CONCESSÃO



processo apenso), referente à concessão de pensão militar a Flozina Pereira de Souza e aos menores Vanderson de Souza Leite e Fábio de Souza Leite; **b)** retifique o item 7 do ato publicado no DODF de 4.4.2002 (repristinado em atendimento à alínea “a”), a fim de: **1)** substituir o termo “viúva” por “ex-esposa pensionada”; **2)** incluir na fundamentação legal do ato a expressão “art. 7º, inciso I, alínea “c” da Lei nº 3.765/60, combinado com o art. 62, § 3º, da Constituição Federal”; **3)** substituir a expressão “dividida em partes iguais, cabendo a cada, 33,33% (trinta e três vírgula trinta e três por cento)” por “cabendo à ex-esposa o mesmo percentual destinado pelo poder judiciário, de 40% (quarenta por cento), sendo o restante dividido igualmente entre os filhos”.

4. Em atendimento, foram juntados ao apenso os atos de retificação e repristinação da concessão e de anulação da retificação anterior (item “III”, fl. 79).

5. Assim, a fundamentação legal da presente concessão encontra-se correta, conforme consta dos respectivos atos.

6. A apuração do tempo de serviço deu-se na forma das normas legais pertinentes à matéria.

7. Quanto ao título de pensão, ressalte-se que a regularidade de suas parcelas será verificada na forma do disposto na Decisão nº 77/07 (Processo nº 24185/07).

8. Pelo exposto, sugere-se:

- I) ter por cumprida a Decisão nº 5588/14, reiterada pela de nº 666/15;
- II) considerar legal, para fins de registro, a concessão em exame, ressaltando que a regularidade das parcelas do título de pensão será verificada na forma do item I da Decisão nº 77/07, adotada no Processo nº 24185/07;
- III) autorizar o arquivamento do feito e a devolução dos autos apensos à origem.

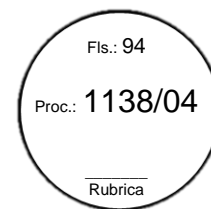
À consideração superior.

Brasília, 8 de junho de 2015.

Valter Oliveira Reis  
Auditor de Controle Externo



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL  
DIVISÃO DE ATOS DE CONCESSÃO



Mat. nº 382-4